

Núcleo de Ordem Urbana em Jundiaí enfrentará desafios sociais

Equipes buscam ponto de equilíbrio entre a organização urbana e o acolhimento

Divulgação/Prefeitura de Jundiaí

O município de Jundiaí, em resposta ao visível crescimento da migração de pessoas em situação de rua, estabeleceu uma nova e importante frente de trabalho: o Núcleo de Ordem Urbana. A estratégia fundamenta-se na atuação integrada e coordenada entre diversas secretarias municipais e as forças de segurança. O objetivo central dessa união de esforços é enfrentar, com planejamento e eficiência, os desafios complexos que envolvem a ocupação irregular de áreas públicas, o tráfico de drogas, a saúde coletiva, o comércio ilegal de sucatas e a limpeza do ambiente urbano.

Atuação conjunta

A estrutura operacional do Núcleo reúne profissionais das pastas de Assistência e Desenvolvimento Social, Segurança Pública, Saúde e Serviços Públicos. O time trabalha em estreita parceria com a Guarda Municipal e as polícias Militar e Civil, buscando um ponto de equilíbrio entre a organização do espaço urbano e o acolhimento social. A dinâmica das ações baseia-se na abordagem, identificação e encaminhamento dos cidadãos, oferecendo também a possibilidade de recâmbio para aqueles que são provenientes de outros municípios, sempre prezando pelo respeito e pela dignidade humana.

De acordo com o prefeito Gustavo Martinelli, a proposta



As primeiras operações concentraram-se nas regiões da Ponte São João e bairro São Camilo

é caracterizada por uma gestão que une firmeza e cuidado. Ele enfatiza que o foco é organizar o município sem abrir mão de um olhar humano, acolhendo e orientando os indivíduos para construir novos caminhos. Para o chefe do Executivo, a garantia de segurança e qualidade de vida para toda a população é um resultado direto dessa atuação conjunta e equilibrada, que beneficia a cidade como um todo.

Primeiras operações

A iniciativa teve seu marco

inicial na manhã da última terça-feira (3). As primeiras operações concentraram-se nas regiões da Ponte São João e do bairro São Camilo, áreas que apresentavam ocupações irregulares em terrenos públicos. Durante os trabalhos de campo, as equipes do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) realizaram atendimentos individualizados.

Além do suporte social, as áreas que foram desocupadas passaram por um processo imediato de limpeza e remoção de materiais, executado pelas equipes de

Serviços Públicos.

Fiscalização ampla

O raio de ação do Núcleo de Ordem Urbana estende-se também à regulação das atividades comerciais e do trânsito. A Fiscalização do Comércio atuou na verificação de estabelecimentos que operavam de forma irregular, com atenção especial aos depósitos de sucata e ferros-velhos. No âmbito da logística urbana, a equipe de Mobilidade e Transportes procedeu ao recolhimento de veículos que se encontravam

abandonados ou em péssimo estado de conservação nas vias públicas, eliminando obstáculos e possíveis riscos à segurança.

O secretário de Segurança Pública, Guilherme Balbino Rigo, reiterou que essa atuação sistêmica é o que reforça o ordenamento da cidade. Ele explicou que, ao promover a limpeza de áreas utilizadas indevidamente e averiguar a situação jurídica e social de cada indivíduo abordado, a gestão municipal entrega uma operação ampla. O secretário destacou que a oferta de serviços de assistência e recâmbio é parte integrante desse fluxo contínuo de zeladoria e segurança.

Continuidade

A perenidade das ações é uma das premissas do projeto. Segundo o coordenador do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), Dr. Adalberto Ceolin, as operações não são isoladas e ocorrerão semanalmente. Ceolin ressaltou que o protocolo inicial é sempre o acolhimento de quem aceita o atendimento, com o devido encaminhamento para os serviços da Assistência Social.

A eficiência do modelo, segundo o coordenador, reside justamente na integração entre as secretarias, o que permite agir simultaneamente em diversas frentes, como na prevenção de crimes ambientais decorrentes do descarte irregular de materiais.

Amparo cria CPI para apurar irregularidades em contratos

Google Maps

A Câmara Municipal de Amparo oficializou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar contratos da Secretaria Municipal de Cultura. A iniciativa, proposta pelo vereador Rafael Marques Mendes (PT), visa apurar possíveis irregularidades em pagamentos efetuados a professores da Escola de Artes de Amparo. Segundo a denúncia que motivou a ação, os valores repassados aos profissionais estariam em desacordo com o valor da hora-aula previsto nos contratos vigentes.

Legalidade

O foco da investigação reside na análise da legalidade dos processos, na identificação de eventuais falhas administrativas e na verificação da correta aplicação dos recursos públicos no setor cultural. A comissão terá um pra-



Ação investigará possíveis inconsistências em pagamentos

zo inicial de 120 dias para concluir os trabalhos, período que pode ser prorrogado se houver necessidade de novas diligências ou coleta de provas.

Ao término das apurações, um relatório final será elaborado. O documento poderá determi-

nar o arquivamento do caso ou, caso sejam confirmadas as inconsistências, o encaminhamento das conclusões aos órgãos competentes para as devidas sanções legais. A medida busca garantir a transparência e a moralidade na gestão pública do município.

'Influencer' é punido por danos morais

A 1ª Vara da Infância e da Juventude de Sorocaba proferiu decisão de condenar um influenciador digital e plataformas digitais ao pagamento de R\$ 500 mil por danos morais coletivos.

O caso envolve a exposição indevida de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade e trabalho infantil, cujos vídeos eram utilizados para gerar engajamento e lucro.

Além da indenização, que será revertida ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o réu deverá restituir os R\$ 950 mil faturados com as publicações e está proibido de produzir conteúdos que exponham jovens.

Vulnerabilidade

De acordo com os autos, o homem se aproximava de crianças que vendiam doces ou sal-

gados em semáforos e pedia que elas contassem suas histórias de vida, dificuldades e sonhos - sem nenhuma preservação de identidade dos entrevistados.

O juiz Fábio Aparecido Tironi destacou que a instrumentalização da imagem infantil para fins comerciais configura uma ofensa direta à dignidade humana. Mesmo após se comprometer anteriormente a remover os vídeos e desestimular o trabalho infantil, o réu descumpriu o acordo.

Plataformas

A sentença também reforça a responsabilidade das redes sociais, determinando a remoção imediata dos conteúdos. Assim, a Justiça reafirma que a proteção da infância no ambiente digital exige uma atuação sinérgica entre Estado, sociedade e corporações de tecnologia.